



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA N.º 3/2015**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**30/06/2015**

***“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1º Secretário e pela Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Regina Maria Duarte Serrano, 2.<sup>a</sup> Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:-----

**---PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----**

**---PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----**

**---PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----**

**---PONTO DOIS: Aprovação da isenção das respetivas taxas municipais, das atividades inseridas na “Rota das Associações – Mira – 2015”, ao abrigo do disposto no n.º 1, do art.º 15.º e art.º 18.º, da Secção I, do Regulamento, Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Mira, conjugado com as alíneas o) e u), ambas do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----**

**---PONTO TRÊS: Aprovação da isenção de IMI à Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque, em cumprimento do previsto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----**

**---PONTO QUATRO: Aprovação da alteração ao Plano de Urbanização da Praia de Mira, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação. -----**

**---PONTO CINCO: Tomada de conhecimento, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º, da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, das declarações**



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

emitidas pelo Sr. Presidente da Câmara, no âmbito da Lei sobre a  
assunção de compromissos e pagamentos. -----

----**PONTO SEIS:** Autorização, nos termos do n.º 2, do art.º 64º. da Lei n.º  
82-B/2014, de 31 de dezembro, para abertura procedimento para  
recrutamento excecional de trabalhador, tendente ao preenchimento de  
um posto de trabalho, previsto no mapa de pessoal para o ano de 2015.---

----**PONTO SETE:** Apreciação, nos termos dos artigos 75 e 76º. da Lei n.º  
73/2013, de 03 de Setembro, dos documentos de prestação de contas  
consolidadas relativas ao exercício de 2014, do Município de Mira.-----

----**PRESENÇA DO EXECUTIVO**-----

----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr.  
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e os  
Vereadores, Sr. Nelson Teixeira Maltez e a Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé.----

----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Prof. Nelson Miranda  
Cadete, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Carlos Jorge dos Santos Nora,  
Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Eng.º André Frederico  
Guilhoto Monteiro, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof.  
Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.ª  
Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira  
Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Dr.ª Ana Maria Laranjeiro da  
Silva, João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Prof.ª Zélia  
Domingues Moraes, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos  
Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Moraes Laranjeiro e os Senhores  
Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco;  
da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago  
Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Gabriel Miranda Pinho. -----

----**FALTAS**-----

----Verificou-se a falta do Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**HORA DE ABERTURA**-----

---Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e vinte e cinco minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

---O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e informou os mesmos de que se iria proceder às audições públicas.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

---Interveio o Sr. Fernando Seiça, em representação dos comerciantes da Rua António José de Almeida, informando que tinham um problema com o estacionamento na referida rua, ou seja, todos os dias eram “massacrados” pela GNR, pois qualquer pessoa que parasse o seu automóvel para fazer compras, alguns dias depois recebia em sua casa uma multa por estacionamento indevido. Assim, pretendiam saber qual era a solução para resolver este problema, ou se havia essa possibilidade, no sentido de os poderem ajudar.-----

---Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** (RESPOSTA AO MUNÍCIPE):-----

---Agradeceu a intervenção e disse considerar que este era um problema que a todos interessava, tanto à Assembleia Municipal, como à Câmara Municipal, embora desconhecesse se este assunto seria da competência da Assembleia Municipal, mas, ressaltou que esta, pelo menos, poderia exercer a sua influência junto das instâncias competentes, para que realmente esta situação não acontecesse desta maneira.-----

---Também o Sr. **Presidente da Câmara** se pronunciou, afirmando que iriam fazer o pedido às Estradas de Portugal, visto tratar-se de uma estrada nacional e por isso, tinham de lhe solicitar uma autorização para a aplicação do sinal de estacionamento permitido. Mais disse que se a autorização lhes fosse



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concedida, estariam completamente disponíveis para lá colocarem o sinal, responsabilizando-se pelos custos a esta inerentes. Acrescentou que já conhecia esta situação e informou que sobre ela já tinha falado pessoalmente, por diversas vezes, com o Sr. Comandante da GNR, mas, nestas situações existia sempre o reverso da medalha, esclarecendo que o próprio lhe tinha dito que havia pessoas que se queixavam constantemente dos automóveis aí estarem estacionados. Exemplificou, para que constasse em ata, que ainda na última reunião de Câmara tinham ouvido um munícipe que reclamava por causa destes estacionamento indevidos, pois impediam a livre passagem de peões. Em suma, independentemente destes factos, considerava que os comerciantes desta rua, ali presentes, tinham razão na sua pretensão e prontificou-se, em conjunto com estes, a fazer esse pedido às Estradas de Portugal, após verificação de qual será o melhor local para a colocação do sinal de estacionamento permitido. Entretanto, enquanto a autorização não chegar, poder-se-ia comunicar à GNR, o pedido solicitado.-----

----Interveio a Sr.<sup>a</sup> Isabel Miranda, proprietária de um estabelecimento comercial na referida rua, acrescentando que já anteriormente tinha existido essa mesma autorização, embora o sinal de lá tivesse sido retirado. Acrescentou que essa licença ou autorização de estacionamento era apenas por 15 minutos, mas entretanto, tinha havido aí um acidente e posteriormente a este, retiraram de lá o sinal. Mais informou desconhecer se terá sido este o motivo para a retirada do mesmo.-----

----Concluiu a sua intervenção dizendo que se tratava de uma situação que já tinha sido possível e que atualmente, não o era.-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara Municipal** respondendo que a informação aportada pela Munícipe era importante, pois podia ter sido a própria entidade das Estradas de Portugal a responsável pela sua retirada. Assim, ir-se-ia averiguar o que realmente se tinha passado, junto da entidade competente, para se saber se tinha sido ou não esta que o tinha retirado e



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aproveitar-se-ia para questionar o porquê de o sinal já lá ter estado e agora, já não estar.-----

----Concluídas as intervenções, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a sua presença e disse que, em conformidade com o que tinha sido dito perante esta Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara iria unir todos os esforços, junto das devidas entidades, para que essa situação tenha o melhor encaminhamento possível.-----

----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).-----

----**APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015** -----

----A ata n.º 1, de 27 de fevereiro de 2015, com a correção solicitada pelo Sr. Gabriel de Miranda Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, foi submetida à apreciação do plenário, com vista à sua aprovação.-----

----O Sr. **Gabriel de Miranda Pinho** pediu permissão para intervir, dizendo que não tinha recebido qualquer tipo de informação relativamente à correção solicitada. Mais referiu que apenas tinha tido uma conversa com a Dr.ª Carmen Santos, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, na qual lhe disse que aquilo que era dito nas sessões da Assembleia Municipal, era o que devia constar em ata e exigiu-lhe que assim fosse. Contudo, até ao presente momento, ainda não lhe tinha chegado qualquer informação, relativamente a este assunto.-----

----Posto isto, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** solicitou aos serviços técnicos que esclarecessem esta situação.-----

----Assim, uma das técnicas responsáveis pela elaboração das atas explicou que esta ata, juntamente com a restante documentação, tinha sido carregada na plataforma *Arquivo*, embora não tenha sido feita a sua distribuição em papel, uma vez que, a única correção que esta sofreu, foi o aditamento de um nome que o Sr. Gabriel Pinho fazia questão que ficasse mencionado em ata. Daí que os serviços técnicos tivessem achado por bem não imprimir um



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

documento de 50 páginas, só por lhe terem acrescentado um nome, salientando que o original estava disponível para consulta, de modo a que pudesse comprovar essa mesma correção, se assim o pretendesse.-----

----Posto isto, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** solicitou ao **1º Secretário**, Prof. **Nelson Cadete**, que lesse em voz alta a intervenção do Sr. Gabriel Pinho, constante na ata e a qual aqui se transcreve na íntegra:-----

----“ *Interveio o Sr. Gabriel de Miranda Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos que começou por declarar que estava na política, embora nunca tivesse sido político, pois a sua postura face a esta, sempre foi de bem servir a sua terra e o seu Concelho, o melhor que sabia.*-----

----*Informou que, na passada segunda-feira, tinha recebido uma carta da Polícia Judiciária, com uma denúncia feita em Coimbra, pelo elemento da Assembleia de Freguesia de Carapelhos, Sr. Augusto José Domingues Louro de Miranda e que, posteriormente, passou para a Polícia Judiciária de Aveiro, nomeadamente para o Sr. Inspetor Peixoto ”.*-----

-----De seguida, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs que se passasse à votação da ata. Porém, antes desta, o Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, pediu autorização para falar sobre a supracitada ata, à qual pretensão o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia explicou que as regras estavam bem definidas e que esta ata dizia respeito à última sessão da Assembleia Municipal, na qual esta tinha sido discutida e que não tinha sido votada nessa altura, exatamente, porque havia uma correção a fazer, não tendo sido solicitada mais nenhuma alteração à mesma. Portanto, considerou que esta ata já não se encontrava disponível para alterações, pois estava em votação. Ressalvou, contudo, que como era evidente, podia sempre fazer uma declaração de voto.-----

----Posto isto, a ata n.º 1, de 27 de fevereiro de 2015, submetida a votação, **foi aprovada por maioria**, com as abstenções do Dr. Francisco Reigota e da Dr.ª Joana Mafalda Teixeira. A Prof.ª Vera Manco não votou, em consonância com



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a alteração do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que não esteve presente na sessão a que a mesma se reportava.-----

----**Declaração de Voto:**-----

----O Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, declarou que, em relação às atas, apenas pretendia transmitir um complemento, na tentativa de melhorar o serviço que a estas dizia respeito e não uma correção à ata propriamente dita. Mais disse que, na última sessão da Assembleia Municipal, no período em que esta ata esteve em discussão, teceu algumas considerações, referindo-se a pequenos lapsos, nomeadamente, nas votações. Com isto, pretendia que, nas transcrições das atas, especificamente aquando das votações, estas fossem mais explícitas, ou seja, que contemplassem os nomes dos membros da Assembleia que tinham votado a favor, contra ou que se tinham absterido.-----

----**APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2015**-----

----Seguidamente, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs que se passasse à votação da ata n.º 2, de 29 de abril de 2015, a qual foi submetida à apreciação do plenário com vista à sua aprovação.-----

----Submetida a votação, a ata n.º 2, de 29 de abril de 2015, **foi aprovada por maioria**, com uma abstenção, do Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, alegando que apenas tinha tido acesso a esta, no dia anterior, via e-mail e por isso não tinha capacidade, nesse momento, para poder pronunciar-se sobre a mesma.-----

----De seguida, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou os presentes sobre o expediente recebido, referindo-se ao documento enviado à Assembleia Municipal, que versava sobre a Transferência da Universalidade, por despacho do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e sobre o qual, o Sr. Presidente da Câmara, por solicitude do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente, que a





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Transferência da Universalidade dos Bens da Assembleia Distrital e, reportando-se a um despacho que referia que esta decisão foi tomada antes da entrada em vigor da Lei n.º 36 de 2014 e portanto, considerava-se que era de admitir esta questão, desde que a CIM demonstrasse que não rejeitava essa mesma receção dos bens. No entanto, ressaltou que este seria um processo que se iria prolongar no tempo e com algumas implicações, nomeadamente com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Concluiu, frisando que era um despacho do Sr. Secretário de Estado a confirmar, junto de todas as Assembleias Municipais que fazem parte da Assembleia Distrital.-----

----Informou ainda, relativamente à tomada de posição desta Assembleia Municipal, sobre o ofício enviado à SIMRIA, ao qual o Concelho de Administração da mesma tinha respondido e ficou de agendar uma reunião com a Câmara Municipal de Mira. Em continuidade, o Sr. **Secretário da Mesa da Assembleia**, Prof. **Nelson Cadete** leu, em voz alta, a carta da SIMRIA, em resposta à “*Proposta da Assembleia Municipal*”, emanada e aprovada por unanimidade pela mesma, em sessão ordinária realizada a vinte e nove de abril do corrente ano e cujo teor aqui se transcreve na íntegra:-----

----“ **Assunto: Proposta da Assembleia Municipal**-----

-----*Exmo. Senhor Presidente,*-----

-----*Acusamos a receção da carta remetida pela Câmara Municipal de Mira, no passado dia 5 de maio, dando conta da proposta aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal realizada a 29 de abril de 2015, relativa aos problemas que regularmente ocorrem nas estações de bombagem do Concelho.*-----

----*Estando inteiramente solidário com as preocupações manifestadas assim como com a necessidade de se tomarem medidas tendentes a mitigar o problema, o Concelho de Administração da SIMRIA alerta para o facto dos problemas identificados terem origem em situações existentes no próprio Concelho de Mira, pelas quais o Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*de Aveiro não pode ser responsabilizado.-----*

*---Com efeito, o Sistema Multimunicipal foi concebido e construído de forma a recolher os caudais de água residuais provenientes dos sistemas municipais, no caso de Mira, da responsabilidade da Câmara Municipal, gerados pelas respetivas populações e atividades empresariais instaladas localmente. O dimensionamento do Sistema Multimunicipal da SIMRIA, já construído, resultou do estudo técnico elaborado para o efeito, na década de noventa do século passado. Estava também prevista, à data, a construção e/ou reabilitação das redes municipais, por forma a se atingir o objetivo de disponibilizar o serviço de recolha e tratamento de águas residuais a um mínimo de 90% da população do Concelho, o que contribuirá também para a redução de afluências indevidas, sendo que esses investimentos, como é sabido, ainda não foram concretizados.-----*

*---As afluências indevidas ao Sistema da SIMRIA, decorrentes do exposto anteriormente e dos níveis freáticos da região, para além das eventuais ligações clandestinas, implicam que sejam acionados, no que respeita à SIMRIA, os descarregadores de emergência instalados e licenciados para esse efeito. Para evitar as referidas afluências indevidas, a SIMRIA poderia limitar os caudais que chegam aos seus pontos de entrada, o que motivaria descargas a montante (na rede municipal), em locais impróprios e com consequências imprevisíveis, mesmo até no que respeita aos lares familiares, pelo que não nos parece ser esta uma solução ambiental sustentável.-----*

*---Consciente de que este problema é de todos e que é com o contributo de todos que deverá ser resolvido, a SIMRIA tomou já algumas medidas que comunicou à Câmara Municipal de Mira, tendo também apresentado um conjunto de propostas para mitigar os impactos negativos no curto prazo e tendentes à resolução progressiva do problema.-----*

*---A equipa técnica especificamente constituída para analisar o problema em causa, composta por elementos da SIMRIA e da Câmara Municipal de Mira, é*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*um sinal claro do esforço adicional, atualmente em curso, para a busca de soluções. Esforço este, que passa também pelo necessário envolvimento da população de Mira, cuja sensibilidade e consciência, serão decisivas para as opções que vierem a ser tomadas.*-----

*---Neste sentido, entendemos que seria vantajoso agendar uma reunião específica entre a SIMRIA e a Câmara Municipal de Mira, nas instalações desse Município, com a participação dos respetivos técnicos, com a presença dos elementos da Assembleia Municipal que entender adequado convocar, com vista a analisar a deliberação da Assembleia Municipal que nos foi remetida.*-----

*---Na expectativa de que todos contribuiremos para um futuro melhor, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,*-----

*---Jorge Torres (Administrador-Delegado) ”.*-----

---Em seguida, interveio o Sr. **Presidente da Câmara** esclarecendo que estas reuniões técnicas com a SIMRIA sempre têm existido e nas quais se tem discutido a parte técnica das questões, assente numa plataforma de entendimento, de forma a resolver os problemas. Contudo, o facto de, presentemente, a SIMRIA passar a fazer parte integrante das Águas do Centro Litoral, iria causar-lhes algumas dificuldades, pois esta mudança implicará alterações no Conselho de Administração. Não obstante, propôs que cada Presidente dos diferentes grupos presentes, indicasse uma ou duas pessoas que os pudesse representar, para que se possa agendar a referida reunião, por forma a fazer-se um ponto da situação, em conjunto com a SIMRIA, doravante Águas do Centro Litoral, e com um ou dois representantes de cada grupo das forças políticas aqui representadas.

---Posto isto, interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** questionando os presentes se concordavam com a proposta supra referida, com a qual, de imediato, todos concordaram. Continuou, sugerindo que, de forma a não interromper os trabalhos, no final desta sessão e por intermédio do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Pedro Nunes, escolhessem os seus representantes, para que em conjunto tentassem ultrapassar uma situação, um quadro que era de mais importante para o Concelho.-----

----Seguidamente, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio o Sr. **Gabriel Miranda Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, referindo que, mais uma vez, a Feira dos Grelos tinha sido um êxito - o que claramente também se refletia no Concelho -, com grande afluência de pessoas e visitantes, embora tenha havido uma falta, notada por muitos, pois, poucos eram os elementos da Assembleia Municipal presentes nesse evento, para além desta não se ter feito representar por quem de direito. Mais referiu que os convites chegaram com muito atraso, inclusive, alguns deles chegaram já o evento tinha passado. Assim, sugeriu que se tivesse mais atenção aquando do tratamento destas questões, referindo que, lamentavelmente, este era um episódio recorrente.-----

----Continuou, agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara a colocação do cambão, na rotunda da A17 e acrescentou que agora só lá faltava o respetivo animal para fazer girar o engenho. Porém, lembrou que ainda faltava remover as três acácias tombadas, que continuavam a romper os oleados dos camiões que por lá transitavam.-----

----Quanto às palmeiras, pertença do Município, referiu que era já a terceira vez que reclamava com relação a estas, visto estarem a ter problemas, acrescentando que, ainda no dia anterior a este, tinha visto um ramo de palmeira caído, no passeio, em frente a uma casa, na localidade da Presa e alertou para o grande perigo que os picos dos seus ramos representavam. Assim, recomendou que se solucionasse este problema, com a máxima urgência.-----

----Prosseguiu com a sua intervenção, parabenizando grandemente, o Sr.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara pela inauguração da continuação da Avenida do Mar e parafraseando o discurso do próprio, referiu tê-la sempre acompanhado e que, desde o tempo da Presidência do Sr. Rocha de Almeida, esta “andava” para se fazer, embora não o tivesse sido, não por falta de coragem, mas sim, por falta de oportunidade. De qualquer modo, não podia deixar de parabenizar o Sr. Presidente por ter conseguido concretizar “aquilo” que mais nenhum outro tinha conseguido. Acrescentou ainda que, a mesma, estava muito bonita e apreciou o seu design.-----

----Quanto ao passeio pedonal à volta da Barrinha, questionou como era possível que este estivesse tão degradado, verificando-se remendos de chapa a tapar algumas fissuras, mas estas são mais que muitas, o que, mais tarde ou mais cedo, dará origem a problemas graves e então, ai sim, resolver-se-á o problema.-----

----Ainda no mesmo circuito, referiu-se às árvores que se plantaram em redor da Barrinha e lamentou que o projeto não tivesse contemplado outra ideia, pois, as árvores que ai se plantaram estavam secas.-----

----Com relação ao tabuleiro à volta da Barrinha, na parte nova, alertou para o facto de este estar todo a arcar e por isso, sugeriu ao Executivo que chamasse a atenção ao empreiteiro responsável - embora soubesse que esta obra estava ao cargo do projeto POLIS - sob pena de, com o passar do tempo, este ficar totalmente deteriorado.-----

----No que à Bandeira Azul dizia respeito, parabenizou a Câmara Municipal por mais um ano de concretização, mas, mais uma vez reclamou a presença, juntamente com esta, das bandeiras das Juntas de Freguesia de Carapelhos, Mira e Seixo.-----

----De seguida quis saber o porquê de estas supracitadas Juntas e Associações serem chamadas para a remoção dos jacintos-de-água, quando a Junta de Freguesia da Praia de Mira, dinamizadora da atividade, não comparecia, pese embora, ser esta a única Junta de Freguesia a ostentar a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua bandeira representativa. Mais questionou o porquê deste facto, inquirindo se a Praia de Mira era sua pertença, aclarando, em forma de resposta, que não, pois pertencia ao Concelho de Mira.-----

----Posto isto, terminou a sua intervenção declarando que não estaria presente em mais nenhum hasteamento da Bandeira Azul, na Praia de Mira, nem tão pouco, noutras operações de limpeza de jacintos-de-água.-----

----Interveio o Sr. Eng.º **André Frederico Guilhoto Monteiro** (MAR) referindo-se à limpeza das valas pelo Exército, reportando-se a uma situação específica, que lhe tinha sido dada a conhecer e que, posteriormente, foi transmitida ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira e ao Sr. Vereador Nelson Maltez. Assim, pretendeu saber como tinha sido realizado o acompanhamento dos trabalhos de limpeza das valas, uma vez que o relatório de atividades, na área da Proteção Civil, o referia; mais considerou que este não tinha sido muito preciso, pois, para além de terem danificado as matas do Estado, usando métodos inapropriados para o efeito, também estragaram muitas árvores e terrenos particulares. Posto isto, pediu esclarecimentos sobre se já tinham tomado algumas diligências, ou, se as iriam tomar e se iriam fazer ou não, o acompanhamento desta limpeza.-----

----Quanto ao Orçamento Participativo, referindo a não aprovação, na última reunião de Câmara, com os votos contra do PSD e com a abstenção do PS, da proposta apresentada pelo MAR, salientando que ninguém quis corrigir o problema ocorrido no ano transato, no qual, 45% dos votos foram descarregados por 37 pessoas.-----

----Com isto, e uma vez que a proposta do MAR não tinha sido aprovada, assim como, não era tecnologicamente possível, via eletrónica, definir que era a própria pessoa que estava a votar, pretendeu saber, nomeadamente: qual era a metodologia adotada para este ano, como iria ser a votação, ou seja, se os cidadãos estavam autorizados a andar com a lista, casa a casa, a pedirem às pessoas os seus nomes e respetivos números de Bilhete de Identidade e do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cartão de eleitor e a votarem por elas, pois já tinha sido interpelado por várias pessoas e associações, a pedirem esclarecimentos neste sentido.-----

----Concluiu a sua intervenção, dizendo que esta questão devia ser esclarecida, para que todas as pessoas ficassem numa situação de igualdade, nos projetos.-----

----O Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) iniciou a sua intervenção fazendo um reparo à Mesa da Assembleia, pois, aquando da votação da última ata, a de 29 de Abril, primeiramente devia ter sido colocada à apreciação da Assembleia e só depois então, colocá-la a votação.-----

----De seguida, agradeceu a presença do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, assim como de todos os Presidentes das Associações e aos Srs. Gabriel Pinho e Nelson Maltez, ali presentes, na homenagem que se fez, no Seixo, a uma pessoa ilustre, ao já falecido Padre Real, a qual também constituiu uma oportunidade para “abrir as portas” do Lar de Idosos a toda a população. Mais considerou nela terem conseguido apresentar os seus anseios, não seus, mas de toda a população, com a certeza de que, com os conhecimentos e ajuda destes dignos representantes, conseguirão, posteriormente, levá-los por diante. Concluiu a sua declaração, agradecendo a todos, em nome da Associação.-----

----Quanto ao Orçamento Participativo, questionou como este se iria fazer, uma vez que não se tinha alterado o seu regimento e quis saber também, quais e quantas propostas já tinham dado entrada nos Serviços.-----

----Terminou a sua intervenção referindo-se à limpeza das valas, mais concretamente, em relação ao afundamento, com o abaixamento do nível freático, considerando que este não estava a ser devidamente seguido. Assim, questionou qual seria o próximo passo, indagando se a solução passaria por se fazer eclusas na vala.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Seguidamente, interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, congratulando o Executivo pelo dinamismo demonstrado nos últimos tempos, nomeadamente em duas áreas, sendo elas: ao nível das intervenções, ou das chamadas obras públicas e destacou a já referida obra do prolongamento da Marginal da Praia de Mira, salientando uma frase do Sr. Presidente da Câmara, aquando da sua inauguração, ao referir “que esta estava integralmente paga”, argumento este que considerava muito positivo e que devia ser uma política a adotar corretamente, não só neste Município, como em todos os Municípios deste País.-----

----Mais disse que as obras não ficavam só por aqui e, neste sentido destacou, o asfaltamento da estrada do Lago do Mar, a reconversão das antigas casas de banho da Praia de Mira numa Biblioteca de Praia e a pavimentação da Avenida Infante D. Henrique. Contudo, ressaltou que, curiosamente, as suprarreferidas obras, todas elas pertenciam à Praia de Mira, mas como era óbvio, a aposta e a prioridade do Executivo tem sido nessa Freguesia, facto este que não criticava, pois, quanto à Freguesia do Seixo, todos os seus pedidos, os que não representavam investimentos elevados, tinham sido atendidos. Porém, acrescentou que esperariam pela sua vez, pacientemente.-----

----Quanto à outra área, esta dizia respeito à cultura, desporto e ações desportivas, evidenciando a realização das Marchas Populares, cujo balanço era bastante positivo, a Rota das Associações, a Feira da Saúde, a Concentração das Motos GoldWing e, como era óbvio, o hastear da Bandeira Azul.-----

----Em resposta ao Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, em relação às três acácias, esclareceu que o seu “modus operandi” não se pautava por resolver as situações de qualquer maneira e este assunto nem era da competência da Junta de Freguesia do Seixo, mas, informou que, em parceria com a Câmara Municipal de Mira, já estavam a notificar os proprietários.-----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Concluiu a sua intervenção, congratulando o seu colega de Assembleia, o Sr. João Luís Pinho pela inauguração da sua unidade hoteleira, desejando-lhe votos de felicidade e sucesso.-----

**----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----**

**----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):-----**

----Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez**, pronunciando-se relativamente à questão das valas, sobre as quais referiu que não tinham sido dadas instruções ao Exército para que procedessem ao afundamento das valas, facto que, realmente, não aconteceu. O que fizeram foi sim, o desassoreamento das mesmas, nomeadamente, a limpeza da vala principal, a qual era suposto ter 2 metros de profundidade, mas, ao navegá-la, juntamente com os Bombeiros, constataram que esta possuía bancos de areia, os quais foram retirados. Neste momento e dando esta vala como exemplo, disse que, como esta tinha um curso maior, onde a água espriava e como os agricultores estavam a represá-la em cima para a usar na rega, e por isso, o nível de água estava muito em baixo. Acrescentou esperar que, quando o Inverno chegar, este nível seja suficiente, embora considere que não será. Terminou esta sua declaração deixando claro que não tinha havido afundamento do nível das valas.-----

----Reportando-se à questão colocada pelo Sr. Eng.º André Monteiro, nomeadamente, em relação ao acompanhamento das operações de limpeza por parte do Exército, informou que estavam a verificar os elementos cadastrais que detinham, seguindo-se uma fase em que iriam entrar em domínio dos particulares e para isso, já tinham pedido à Junta de Freguesia do Seixo e à de Carapelhos, aproveitando a oportunidade para pedir, neste momento, também à Junta de Freguesia de Mira, para que estas, nas respetivas freguesias, acompanhassem estes trabalhos.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Em relação à intervenção do Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, referente às árvores que estavam a secar, informou que estas, situadas na Avenida da Barrinha, estavam a ser regadas, durante a madrugada pelo camião da Câmara Municipal, assim como, as floreiras da Avenida.-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, parabenezindo-o pelo sucesso que foi a Feira dos Grelos.-----

----Quanto ao atraso na entrega dos convites, lembrou que estes, para os elementos da Assembleia Municipal, também tinham seguido por mail, atempadamente, mas, de qualquer forma, agradeceu a chamada de atenção. Acrescentou que iriam tentar corrigir esses atrasos, pois, o facto de recorrer ao correio azul tornava-se muito dispendioso e, quando assim não o era, o correio normal demorava muito tempo, o que por vezes, implicava que se lhes perdesse o controlo.-----

----Quanto às palmeiras, informou que se iria tentar encontrar uma solução para a palmeira da Presa.-----

----De seguida, agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pela inauguração da Frente Mar, lembrando que esta, como todos sabiam e reconheciam, era uma obra de grande valor para todo o Concelho, assim como, para todas as pessoas e que poderá transformar e ajudar a Praia de Mira a criar emprego e a desenvolver o turismo.-----

----Quanto às tábuas do passadiço e em relação ao tabuleiro, disse que se têm feito todas as reclamações quando os problemas surgiam e informou que ainda no dia anterior tinham recebido um ofício da empresa responsável, a Edilages, a comunicar que já tinham dado início à reparação das tábuas soltas do deck da Barrinha. Contudo, alertou para a necessidade de andar sempre a reclamar reparações, o que tem acontecido com alguma regularidade, junto desta entidade, frisando que as mais urgentes ou perigosas têm sido os serviços da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara que as têm resolvido, pois estas implicavam uma intervenção mais urgente.-----

----Em relação à pretensão do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, relativamente ao hastear das bandeiras das Juntas de Freguesia, referiu desconhecer se, em termos protocolares, seria o mais correto. Mais disse estar disponível para discutir este assunto, embora, a nível pessoal, julgasse que a presença destas não era um ponto essencial, mas, se a maioria considerasse que esta era relevante, repetiu o que já no ano transato tinha referido, dizendo que poderia haver uma recomendação da Assembleia Municipal nesse sentido.-----

----Quanto ao Orçamento Participativo informou que já tinha havido entrega de projetos e que posteriormente, agendar-se-ia uma reunião, com os representantes dos diferentes grupos, para que, em conjunto, se definisse a melhor forma de votação. Neste seguimento, comunicou que tinha pedido a colaboração, à parte da informática, no sentido de que se começasse a elaborar a forma de votação, a ter início em Agosto. De igual modo ao que já tinha feito em reunião de Câmara, pediu para que todos dessem o seu contributo, frisando que esta fase do seu processo era a mais importante, logo, era o momento indicado para o fazerem. Assim, salientou a sua importância e informou que já tinham recebido oito projetos, seguindo-se agora, a sua validação, que por questões técnicas, seria feita por uma comissão, composta por membros da Assembleia e que estarão disponíveis para votação durante o mês de Agosto, do corrente ano. Portanto, até ao momento em que se dará início ao processo de votação, ir-se-á encontrar um sistema informático que seja o melhor possível.-----

----Em seguida, interveio o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia**, que iniciou a sua intervenção penitenciando-se devido à tomada de posição, relativamente à questão da ata e referiu concordar inteiramente com a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chamada de atenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim, assumindo que se tinha precipitado. Acrescentou que, futuramente, iria tentar ser mais cauteloso.-----

----Quanto aos convites referiu que, aquando da realização de algum evento e, para o qual, se pretendia que a grande maioria das pessoas estivesse presente, convinha marcá-lo para horas condignas, porque a maior parte dos elementos desta Assembleia trabalhava. Por isso, considerou à Câmara Municipal para que, aquando da marcação de uma inauguração, que o fizessem fora do horário laboral. -----

----Posto isto, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as habituais intervenções.-----

**----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----**

----Interveio o Sr. Dr.ª **Ana Maria Laranjeiro** (MAR), que iniciou por parabenizar o Executivo pela obra do prolongamento da Avenida, na Praia de Mira e pediu desculpas por não ter estado presente na sua inauguração, alegando motivos profissionais.-----

----Em seguida, fez um reparo que, segundo a própria, tinha de ser feito, e que se relacionava com o parque de estacionamento, junto ao campo de futebol do Touring. Referiu que este estava muito mal tratado e salientou uns cabos soltos e caídos e, algumas das armações de madeira estavam inclinadas e em risco de cair. Posto isto, alertou para o facto de, durante a época balnear, poder ocorrer aí algum acidente.-----

----Terminou a sua intervenção chamando a atenção, mais uma vez, para a manutenção dos parques infantis, nomeadamente, para o parque infantil do centro da vila de Mira, no qual continuava a faltar um baloiço. Prontamente lhe foi dito que o baloiço já tinha sido repostos. -----

----Interveio a Sr.ª Prof. **Zélia Morais** (PS) referindo-se a um assunto relacionado com a fatura da água, mais especificamente, sobre o facto de quando os Munícipes se ausentavam dos seus domicílios, por razões várias, aquando do seu regresso e no momento de liquidarem a fatura da água,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deparavam-se com tarifas exorbitantes. Neste sentido, solicitou ao Executivo que fossem tomadas medidas, com vista à resolução deste problema. -----

----Concluiu a sua intervenção, focando um aspeto, já referido pelo Sr. Gabriel Pinho e que dizia respeito à pista pedonal circundante ao Clube Náutico, na qual, o pavimento se encontrava bastante danificado. Mais considerou que, atendendo à beleza da paisagem que a envolvia, esta era uma mais-valia para todos, inclusive para quem nos visitava. Assim, pretendeu saber o que se podia fazer para resolver esta situação. -----

----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, felicitando o Clube Domus Nostra, nomeadamente, a equipa sénior de futsal porque esta, este ano, tinha ganho tudo o que havia para ganhar, ou seja, o Campeonato Distrital da Associação Académica de Coimbra, a Taça e a Supertaça. Continuou, manifestando a sua satisfação, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Mira, por esta associação fazer parte desta freguesia. Contudo, ressaltou que, quando associações deste género solicitavam subsídios, estes eram atribuídos consoante as possibilidades que possuíam, mas, quando estas associações obtinham este tipo de resultados, deviam ser felicitadas e parabenizadas. Teceu, ainda, votos de que continuassem com o excelente trabalho que têm realizado até ao momento. -----

----De seguida, manifestou a preocupação das pessoas em relação às obras da Avenida 25 de Abril, pois, os comerciantes e os residentes começavam a ficar apreensivos com o estado das obras e com o implícito transtorno que estas causavam e, essencialmente, com o prazo de conclusão das mesmas. Posto isto, pretendeu saber qual a data prevista para o término destas obras. -----

----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) pedindo desculpas por ultimamente não ter estado presente nas inaugurações, alegando compromissos profissionais. -----

----Em seguida, elogiou as obras da variante da Praia de Mira, dizendo que esta estava muito bonita e que era uma obra necessária. Por isto, parabenizou o Executivo. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Pronunciou-se também em relação à situação apresentada pelo grupo de Munícipes e mostrou-se solidário com estes, referindo que a falta de estacionamento nesta rua era uma situação muito complicada, a qual a Câmara Municipal devia levar muito a sério, e acrescentou que já tinha presenciado, por diversas vezes, elementos da GNR a passar a pé, a tirar apontamentos, para posteriormente, enviar as multas. Mais considerou que esta era uma situação grave para os comerciantes locais.-----

----Seguidamente, chamou a atenção para o caso da vala do Feira, no Areal, dizendo que esta constituía um perigo, porque já lá tinha caído uma pessoa e o resultado dessa queda tinha sido grave, pois implicou fraturas. Neste sentido, sugeriu que o gradeamento que foi retirado do lago do Jardim da Vila, podia ser reaproveitado e ser colocado no muro da vala, a servir de proteção. -----

----Referiu-se à Lentisqueira, mais especificamente, sobre um serviço camarário que aí foi feito e que resultou no escoamento de esgotos de um particular para uma vala pública e sobre o qual já várias pessoas lhe tinham falado. -----

----Quanto à obra de requalificação do centro da vila, disse que se continuava à espera do outdoor, com informações sobre a obra, o qual tinha sido prometido pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

----Terminou a sua intervenção, pronunciando-se sobre a estrada do Areal / Matadouro, considerando que aí se encontrava uma situação muito perigosa, da qual a Câmara Municipal tinha conhecimento, até porque já lá tinha posto algumas grades, junto a um poço que tinha ruído. De qualquer forma, o perigo continuava lá, principalmente à noite, pois as pessoas podiam não se aperceber e as grades ocupavam metade da estrada. Então, sugeriu que fossem tomadas providências. -----

**----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

----O Sr. Vereador **Nelson Maltez** tomou a palavra e iniciou a sua intervenção respondendo à Sr. Prof. Zélia Morais e disse que, em relação ao abastecimento de água, os problemas estavam diagnosticados. -----

----No que dizia respeito aos valores exorbitantes, esclareceu que o problema residia no facto de que quem deveria fazer a leitura dos contadores, deveria fazê-la de maneira continuada e não tudo de uma só vez, pois assim, surgiam valores acumulados, e conseqüentemente, os munícipes saíam lesados, uma vez que, o preço da água aumentava consoante o consumo. Por outro lado, informou que o contrário também se tinha verificado, quer dizer, os escalões subiam consoante os consumos, de maneira a levar as pessoas a racionalizar o consumo de água e verificava-se que, durante os meses de Julho e Agosto, o consumo disparava, devido, por exemplo, à utilização de tubos para a rega, entre outras situações, mas, o juro era diluído ao fim do ano.-----

----Mais informou, embora ainda não tivesse falado sobre isto com o Sr. Presidente, mas, disse que, qualquer dia se atreveria a organizar um grupo de pessoas, com o firme propósito de se ficar a conhecer profundamente, e de uma vez por todas, o problema que envolvia as águas em Mira, salientando que este era um cenário nada agradável e exemplificou, dizendo que o Município bombava cerca de 1 milhão e 200 mil m<sup>3</sup> de água, na Lagoa e na Praia de Mira e comprava cerca de 350 a 400 mil m<sup>3</sup> a Cantanhede. Informou ainda que o preço de compra era de 0,51 cêntimos e o de venda era de 0,27 cêntimos e depois, não se conseguia faturar mais do que 720 mil m<sup>3</sup>, o que representava menos de metade da quantidade de água que entrava na rede. Informou ainda que tinham encontrado algumas ligações diretas, as quais foram prontamente seladas; tinham encontrado contadores adulterados e, neste momento, surgiam situações ainda mais bizarras, pois, algumas pessoas, ao se aperceberem de que se estava a fazer um maior controlo,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

começavam a aparecer contadores partidos ou desaparecidos, ou então, também já se verificou que existiam cidadãos que efetivamente eram lesados pela forma como era feita a recolha de dados. Concluiu esta sua declaração, explicando que se iria avançar com uma operação contador a contador, de forma a aferir o seu estado real. -----

----Em relação à questão da Lentisqueira, informou que, neste momento, estava a ser feita a canalização da água, que era um problema de há anos, pois havia sempre inundações nos terrenos circundantes e ao fazer-se esta canalização e conseqüentemente, esta limpeza das valetas, tal como os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia tão bem sabiam, punha-se a descoberto um data de situações, nomeadamente, fossas que corriam para a via pública. Mais disse ser este o caso desse local, o qual foi detetado logo no primeiro dia. Posto isto, acrescentou que o processo de resolução estava em curso, com vista à sua solução. -----

----Concluiu a sua intervenção, dizendo que o poço localizado no Matadouro tinha de ser aterrado rapidamente, decisão esta, tomada após o ter visto, juntamente com o Dr. Ângelo Lopes, da Proteção Civil e com os seus proprietários. -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo-se à pista pedonal e às pontes que dela faziam parte, informando que já lá andava a empresa Santos e Santos, do Grupo Catarino, a fazer intervenções e a realizar operações de recuperação. -----

----Com relação à intervenção da Sr. Prof. Ana Maria Laranjeiro disse que, no parque de estacionamento já lá não estava nenhum arame, pois tinham sido retirados. -----

----Em seguida, deixou uma palavra de apreço ao Clube Domus Nostra pela excelente representação desportiva, contribuindo assim, para que o Concelho de Mira fosse mais além. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Relativamente às obras de requalificação do centro da vila, assumiu que o Sr. Carlos Nora tinha toda a razão na sua reivindicação e, embora não gostasse de falhar, referiu que apenas há quatro ou cinco dias se tinha lembrado de que estava em falta neste assunto, alegando que, por demasiado envolvimento noutros assuntos, igualmente importantes, este tinha ficado para trás. Assim, pediu desculpas por isso e considerou que, devido à eminente conclusão das obras, a colocação do outdoor já não se justificava. -----

----Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, assegurou que as obras de requalificação do centro da Vila ficariam concluídas dentro de dias, pois já estavam a tratar dos trabalhos de acabamento e limpeza. -----

----Seguidamente, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as habituais intervenções. -----

-----**3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) afirmando que, apesar da carta que a SIMRIA, doravante denominada por Águas do Centro Litoral, tinha enviado, e após ter tido o cuidado de analisar os relatórios dos últimos anos, considerou interessante o facto do número de ocorrências ser muito baixo, ou seja, sete ocorrências no ano de 2013/2014. Mas, o que era realmente interessante era que só contabilizavam ocorrências com duração superior a duas horas, ou seja, se ali estiver um tubo, com umas polegadas significativas, a despejar excrementos diretamente para a lagoa, durante uma hora, várias vezes ao dia, estas nunca eram contabilizadas. Mais disse que estas descargas eram facilmente visíveis - embora não ocorressem todos os dias -, pois bastava ir ao local onde estas saíam, ou seja, junto à rotunda da pedra, localizada muito próxima da lagoa e com a agravante de se ter uma praia fluvial mesmo ali ao lado, licenciada ou não, isso não era relevante para este caso, pois era considerada como tal e por isso era frequentada por banhistas e ao fim-de-semana, habitualmente, estava sempre lotada. Posto isto, aduziu que podia tratar-se de um problema de saúde pública. Concluiu esta sua



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

declaração, alertando para o facto de que este problema deveria ser resolvido, de uma forma ou de outra, o mais rapidamente possível. -----

----Relativamente ao assunto da limpeza das valas, disse não ter forma de provar cientificamente a questão do seu afundamento, mas ressaltou que era bom que todos soubessem que os terrenos dos proprietários não confinavam diretamente com a vala, pois existia uma margem que servia de área de proteção às valas. -----

----Ainda com relação ao tema das valas e em conexão com a questão da SIMRIA, disse que a tubagem que estava a poluir a lagoa com dejetos, estava localizada numa zona onde a água não circulava tão facilmente, porque esta era alimentada por três valas a sul e tinha uma saída a poente, o que fazia com que aquela zona da margem norte, vulgarmente conhecida como borda norte, não tivesse tanto fluxo de água. Posto isto, afirmou que tinha de haver uma atuação, fosse ela realizada por intermédio da Junta de Freguesia, ou pela Câmara Municipal ou pela ARH, ressaltando contudo, que esta atuação não poderia nunca ser feita com recurso a maquinaria pesada, alegando que esta era uma zona muito sensível, devido ao delta que lá existia. Referiu ainda que, há alguns anos atrás tinha sido lançado um projeto com o intuito de se tentar limpar aquela zona, entre os moinhos da lagoa, pois era considerada uma zona nobre, a nível de lazer ou de outras quaisquer atividades ao ar livre. Por tudo isto, considerava que seria pertinente que, quer através de P.O.C.'s ou até mesmo, através de um guarda-rios, como havia antigamente, se fizesse ali uma operação de limpeza manual, ou seja, remoção das pequenas espécies infestantes, sobretudo na vala situada entre a ponte que ia até à vala dos moinhos e de todo o canal que alimentava a lagoa, pois, ao conseguir-se aumentar o caudal, certamente, a água da lagoa iria circular mais facilmente e isto, talvez também ajudasse a borda norte, onde se situava o Sítio do Cartaxo, a já referida praia fluvial e a zona de maior afluência, onde as pessoas costumavam pescar e à qual se acedia pela estrada nacional 334. Relembrou



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda que esta zona da lagoa, entenda-se, a zona norte-nascente era a que tinha menos circulação de água. -----

----Concluiu a sua intervenção frisando que era muito importante e urgente que se tentasse diminuir o caudal da vala Real, fazendo-o passar para as valas, nomeadamente, pela vala Velha, pela vala dos Moinhos e pela vala dos Moinhos da Fazendeira, obrigando assim a água a circular, mas, para que isto acontecesse, era necessário que as valas estivessem limpas. Terminou reforçando que urgia e era necessário que esta situação fosse resolvida. -----

----O Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, iniciou a sua intervenção agradecendo à bancada do MAR, ao Sr. Gabriel Pinho e até a outras intervenções do PSD, por já terem abordado alguns dos assuntos, relativos à Praia de Mira, sobre os quais pretendia falar. -----

----Em seguida, fez referência à comissão recentemente criada, ou melhor dizendo, ao grupo de trabalho de preparação da época balnear, que durante algum tempo reuniu regularmente e que, na sua opinião, tinha produzido algum efeito, mas depois, estranhamente, a partir do mês de Abril, estas reuniões deixaram de acontecer, tendo sido retomadas só a onze de Junho. Posto isto, e por considerar que a época balnear se devia fazer antes de esta começar, para que os contributos emanados destas reuniões pudessem ser acautelados atempadamente e não em cima do acontecimento, pois, caso contrário, corria-se o risco de que as situações não decorressem da melhor maneira. Deu como exemplo disso mesmo, o episódio ocorrido com o Museu do Barco, existente na Praia de Mira, o qual estava ocupado, atualmente, pelos Bombeiros Voluntários. Continuou, afirmando que nada tinha contra este facto, pois considerava que estes necessitavam de um lugar condigno e o espaço era camarário, logo, a Câmara Municipal decidia o que fazer com ele, pese embora que, numa das reuniões da supracitada comissão se tivesse decidido uma situação diferente. Disse ainda que, se tivesse existido uma outra forma de dialogar, talvez se tivesse encontrado um terceiro espaço e assim,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

provavelmente, não havia necessidade das situações decorrerem de forma tão complicada. Neste seguimento, informou que a ocupação deste espaço aconteceu no passado dia 19 de Junho, no qual se iniciaram os trabalhos de limpeza e a época balnear começava no dia 20 do mesmo mês, o que significava que o timing não tinha sido o mais adequado, acrescido do facto de que, ao pretender-se tirar materiais, barcos, história, espólio e muita coisa de valor representativo para a Praia de Mira, salientou que se devia ter respeito pela memória daquelas gentes. Prosseguiu, dizendo que, indiscutivelmente, aquilo que ali existia era de grande valor e devia ser respeitado. Contudo, tinham havido ali situações que não foram respeitadas, assim como, materiais sobre os quais a Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha uma palavra a dizer sobre eles. Por tudo isto, recomendou que se tivesse muito cuidado ao lidar com estas situações. Exemplificou, referindo-se a um dóri que estava para ser dali retirado - o qual talvez fosse o único exemplar que ainda existia do Santa Maria Manuela-, para ser levado para a Incubadora e posteriormente, em Outubro, regressar à Praia de Mira, mas para o Museu Etnográfico. Posto isto, alertou para o facto de este não ter condições para ser movido e acrescentou que nem os pescadores, nem a comunidade piscatória tinham sido avisados desta situação. Depois, quando o problema surgiu, aí sim, foram chamados os pescadores e os artesãos locais e os mesmos tinham-no chamado a si. -----  
----Relativamente às obras da época balnear, muitas das situações que a estas diziam respeito já tinham sido aqui apresentadas, contudo, chamou a atenção para o cuidado que se devia ter em não criar problemas durante esta época e referiu-se ao alcatroamento do Bairro Norte, na Praia de Mira e também a outras pequenas intervenções/obras que deveriam estar concluídas antes do início da época balnear e afirmou que, de modo nenhum, se oponha à sua realização, mas, estas causavam problemas graves durante esta época.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Continuou a sua intervenção mencionando a rotunda da entrada da Praia de Mira e lembrou uma ata na qual o Sr. Presidente tinha garantido que esta estaria concluída até ao início do Verão. -----

----De seguida, parabenizou o Clube Domus Nostra e felicitou os seus camaradas, o Dr. João Luís Pinho e o Prof. Paulo Grego, pelo fantástico trabalho que têm vindo a desenvolver, nas respetivas áreas. Contudo, lamentou não ter tido conhecimento da receção ao Clube Domus Nostra, realizada na Câmara Municipal, pois caso contrário, teria comparecido com todo o gosto. Prosseguiu, dizendo que também não teve conhecimento da homenagem ao Padre Real, alegando que, provavelmente, andava demasiadamente ocupado com outros assuntos e assim, estes tinham-lhe passado despercebidos, sendo certo que não teve conhecimento de nenhum destes acontecimentos e manifestou que gostaria de se ter associado tanto a um, como ao outro. -----

----Quanto ao hastear da Bandeira Azul, informou que não esteve presente, pois encontrava-se na Suíça, mas, marcaram presença a Presidente da Assembleia de Freguesia, assim como outros elementos da Assembleia de Freguesia e também, o secretário da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Mais informou que todos eles lhe tinham dito que, lamentavelmente, o Sr. Presidente da Câmara não tinha feito qualquer tipo de referência à Junta de Freguesia da Praia de Mira, sendo certo que, o ostentar da Bandeira Azul era benéfico para todos, tanto para a Junta de Freguesia, como para a Câmara Municipal e também, para o Concelho e que todos estes desenvolviam trabalho, durante o ano, para que esta se mantivesse. Concluiu esta sua declaração, frisando que, apesar das diferenças partidárias, devia haver alguma sensibilidade e não se deviam distanciar, em questões tão sensíveis, tal como esta. -----

----Relativamente à obra do prolongamento da Avenida da Frente Mar, pese embora tudo o que já foi dito, não podia deixar de parabenizar o Executivo da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal e acrescentou que esta era uma obra que, provavelmente, todas as forças políticas defenderiam, contudo, lembrou o seu alerta em relação a um ou outro aspeto que, futuramente, poderia vir a dar problemas. ---

----Terminou a sua intervenção questionando sobre o que tinha sido feito das areias que se retiraram para fazer esta obra, ou seja, pretendia saber, concretamente, o que se tinha feito com elas e assim dar respostas aos inúmeros pedidos de esclarecimento, por parte dos populares, em relação a esta questão. -----

**----Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

**-----3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

----O Sr. Vereador **Nelson Maltez**, no uso da palavra, disse que o Sr. Dr. João Luís Pinho tinha toda a razão em relação àquele sítio problemático existente na lagoa, até porque, normalmente só lá havia circulação de água quando existiam cheias, no Inverno. Nesta altura, não havia aí qualquer tipo de circulação de água e por isso, tudo o que lá era despejado, ficava estagnado. --

----Em relação às valas que alimentavam a lagoa, referiu que aí tinha estado, com um grupo de trabalho que se voluntariou para limpar aquele hangar, onde a água escorria, com capinadeiras e com recurso a uma máquina ligeira. Desta forma, tinha-se limpadado toda a vala dos Moinhos, desde os Moinhos da Fazendeira até à Lagoa, passando pelos moinhos. Mais disse que a Junta de Freguesia de Mira tinha limpadado a vala existente por trás da casa do Prof. Délio Lagoas até ao Sul. Portanto, existiam ainda algumas limpezas a fazer e informou que era possível fazer o transvase da água da outra vala, através do açude, fazendo apenas uma pequena modificação, mas com isto, deparavam-



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-se com uma questão, que era: se seria ou não possível manter o caudal ecológico naquela vala. Assim sendo, disse que estavam, ainda, a avaliar a situação. -----

----Em relação à questão do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, asseriu que tinha muito respeito pelos homens que andaram na pesca do bacalhau porque, por entre outras coisas, o seu pai tinha sido pescador ao bacalhau, assim como, o seu irmão. Mais informou que aquilo que tinha visto no Museu do Barco era tudo menos respeito por aquela gente, pois, o cenário com que ali se deparou era de uma enormíssima falta de dignidade, podendo esta ser comprovada pelos Bombeiros Voluntários, que fotografaram tudo, antes de mexerem no que quer que fosse. -----

----Quanto ao dóri, informou que nunca ninguém teve a intenção de o tirar do espaço onde estava, até porque para isso, era necessário desmanchá-lo, acrescido do facto de ter falado com os artesãos locais e de estes lhe terem dito algo totalmente diferente daquilo que tinham dito ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Neste seguimento, salientou que o dóri deveria estar num local onde pudesse ser visto, algo que não acontecia, pois nunca tinha visto aquele espaço aberto. Disse ainda que este espaço tinha, no seu exterior, barcos que constituíam um problema, pois, já há quase um ano a esta data, tinha aí estado com o artesão responsável pela recuperação de muitos dos moliceiros que, atualmente, estavam em circulação na ria de Aveiro, o qual lhe tinha dito que aqueles barcos já não tinham recuperação possível, pois estavam completamente degradados. Posto isto, declarou que não houve nunca, a intenção de destruir o que quer que fosse e explicou que, nas reuniões da já referida comissão, também se tinha falado na hipótese dos Bombeiros se instalarem no Centro de Saúde, mas, esta solução não era viável, pois este nem sequer tinha espaço para aquilo que precisava, quanto mais para albergar os Bombeiros Voluntários. Por outro lado, o espaço do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Museu do Barco estava ubicado num ponto estratégico, pois permitia uma rápida penetração dos Bombeiros, em qualquer ponto da Praia de Mira.-----

----Quanto às areias retiradas, aquando da execução da obra do prolongamento da marginal da Frente Mar, referiu que estas nunca de lá tinham saído, bem pelo contrário, pois levaram-se para lá, camiões e camiões de areia. Mais informou que, o que realmente de lá se retirou, foram os resíduos da obra da POLIS, que lá estavam acumulados. -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, fazendo uma ingerência no Partido Socialista, sugeriu que se indicasse o Dr. João Luís Pinho para a comissão da SIMRIA, pois este era a pessoa indicada para dar os seus contributos, tão essenciais, com o objetivo de se encontrar uma solução para este problema. -----

----Em relação à comissão que foi criada, esta serviu para que se dessem os primeiros passos na realização de alguns projetos, pelos quais deu os parabéns aos elementos constituintes dessa comissão, alguns deles presentes nesta sessão da Assembleia. Referiu, como exemplo desses projetos, o regulamento de trânsito que irá entrar em período de discussão pública, o qual tinha sido, praticamente, todo elaborado com base nos contributos emanados por essa comissão, com o objetivo de resolver graves problemas de tráfego. ---

----Relativamente ao Museu do Barco e, tal como o Sr. Vereador já tinha referido, o espaço não estava em condições. Atualmente, tudo o que lá existia, estava arrumado e digno. Mais disse que, os Bombeiros Voluntários, já há muito tempo a esta parte, andavam a pedir um outro espaço, que não aquele onde se encontravam e sugeriram, em consonância com o seu Comandante, o Museu do Barco, como sendo o local indicado para se instalarem durante os meses da época balnear, alegando, entre outras razões já explanadas pelo Sr. Vereador, que aí podiam passar o dia todo, com condições humanas e também, em condições de prestarem, prontamente, assistência em qualquer ponto da Praia de Mira.-----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----No que concerne ao alcatroamento do Bairro Norte, informou que os troços que já estavam feitos seriam alcatroados, ainda durante essa semana. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as habituais intervenções. -----

**----4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----**

----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, dirigindo-se diretamente ao Sr. Vereador Nelson Maltez, pois considerava que este não tinha entendido muito bem a sua declaração e assim, explicou que não punha em causa o facto de se querer utilizar aquele espaço para outro fim. Mais disse que não tinha sequer, que ir contra essa situação e que se pretendessem, poderiam colocar todo o material que lá se encontrava, incluindo o dóri, num outro espaço. Exibiu fotografias rasgadas, de homens que tinham andado na pesca ao bacalhau, encontradas numa caixa, a qual estava cheia delas, mas das quais só tinha trazido três exemplares para mostrar e disse que situações como aquela nunca podiam acontecer. Posto isto, recomendou que era necessário ter muito cuidado ao tratar de questões tão sensíveis, mais dizendo que, a Junta de Freguesia da Praia de Mira podia ter lá ido tirá-las, com calma, mas para isso era necessário que tivesse existido diálogo e não se devia “querer tapar o sol com a peneira”, pois existiam situações que não deviam acontecer. -----

----Quanto ao dóri, reafirmou que este estava para ser retirado do espaço onde se encontrava e só não o foi porque ele próprio tinha estado nesse local, juntamente com três funcionários camarários e com dois elementos da comunidade piscatória, assim como, com a Dr.ª Brigitte Capelôa, com a Dr.ª Martha Camarneira, com o Dr. João Cupido, com o Sr. João Facão e com o Sr. Aperino Gil, os quais exerceram pressão para que este não fosse de lá retirado. -----

----Ainda com relação ao espaço recentemente ocupado pelos Bombeiros Voluntários, referiu, mais uma vez, que se tivesse existido oportunidade para



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dialogar com a Junta de Freguesia da Praia de Mira, provavelmente, se teria chegado à conclusão de que, e como a Cruz Vermelha possuía agora um espaço disponível, mesmo ao lado das suas instalações, que antes era utilizado por enfermeiros, durante o verão, poder-se-ia ter ponderado uma conjugação ou uma parceria entre esta e os Bombeiros Voluntários de Mira. ----

----Concluiu a sua intervenção ressaltando que as suas palavras, se bem interpretadas e de forma saudável, não suscitavam qualquer espécie de problema. Disse ainda que quando se errava, por vezes, era necessário dar um passo atrás, sendo certo que, o nunca errar é que era complicado.-----

----Por fim, acrescentou ainda que, quando vinha para esta sessão, a Expofacic andava a espalhar pelas ruas da Praia de Mira, umas centenas de milhares de flyers, que posteriormente alguém teria de limpar, acrescido do facto dos mesmos publicitarem o “Expofacic Bus”, que possibilitava o transporte de pessoas, da Praia de Mira para este evento. Por isto, sugeriu que se chamasse a atenção à organização da Expofacic para que não viesse para o Concelho de Mira realizar este tipo de iniciativas. -----

**----Finda a quarta ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

**----4.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

----Interveio o Sr. Vereador **Nelson Maltez**, respondendo diretamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, dizendo-lhe que o dóri nunca esteve para ser retirado do local onde se encontrava, por uma razão muito simples e que se prendia com o facto de que para o retirar, tinham desmanchar uma parte do palheiro, tal como o Sr. Presidente da Junta tão bem sabia. -----

----Prosseguiu, referindo que o Município possuía duas infraestruturas que não estavam a servir para rigorosamente nada, sendo uma delas a da Cruz



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vermelha e os Bombeiros Voluntários não tinham nenhum sítio onde pudessem agir. Mais disse que, os Bombeiros deveriam ter uma base permanente na Praia de Mira, à semelhança de outros Concelhos. -----

----Em relação às fotografias, justificou que estas estavam rasgadas porque não tinha sido possível retirá-las sem as danificar, mas, acrescentou que quanto a estas, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira podia ficar descansado, pois, houve o cuidado de as salvaguardar e as mesmas já estavam a ser reproduzidas, e assim, com melhor qualidade, tal como se podia verificar em algumas das que ali tinha consigo e que exibiu. -----

----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:**-----

----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que afirmou que, quanto a este ponto, se verificava a manutenção dos números, dentro da realidade da Autarquia, em termos de contabilidade. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR), referindo-se às páginas números 18 e 19, do respetivo documento, mais especificamente à parte da execução dos planos anuais, e uma vez que já se estava a meio do ano, pois, existiam algumas rubricas que estavam a zero. Por isto, inquiriu se havia algum projeto específico que tivesse sido orçamentado e não se tivesse executado. Mais perguntou se algum projeto tinha sido cancelado.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS), referindo-se exatamente às mesmas páginas e disse que aquilo que pretendia saber, tinha a ver com uma situação que já se prolongava há muito tempo e que dizia respeito à suposta dívida à empresa de construções Júlio Lopes. Assim, quis saber em que ponto se encontrava este processo. -----

**----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

**----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que respondeu às questões que lhe foram colocadas. Começou por explicar que havia rubricas que se mantinham, mas, como era óbvio, na ação social continuava-se a desenvolver trabalho, todas as semanas e as rubricas que estavam abertas, conseqüentemente, poderão vir a ser alvo de execução, pois, para além do mais, estava-se a falar do plano das ações mais relevantes. -----

----Em relação ao processo da construtora Júlio Lopes, informou que este estava no mesmo ponto de há um ano e meio a esta data, pese embora o grande esforço que se tem vindo a fazer para o resolver. Acrescentou que já se tinham encetado alguns contatos, na perspetiva de um acordo, e de igual modo, também já se tinha pedido um parecer jurídico a um professor catedrático, da área de contratação pública, por questões complexas inerentes a este processo. Continuou, dizendo que era uma dívida de 700 mil euros, a qual herdaram e que pendia sobre eles. Na realidade, apesar daquilo que estava em dívida, essencialmente, faturas e juros que ainda estavam a correr, existia um percurso a fazer e a tentar corrigir, ressalvando que seria do seu agrado que, no próximo orçamento, estes números já não estivessem presentes, ou, ao estarem, que pelo menos estivessem diluídos já num acordo



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de pagamento, de pelo menos, daquilo que consideravam ter em dívida, porque era uma fórmula que tinha várias contingências. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia, dado não haver mais intervenções. -----

**----PONTO DOIS: Aprovação da isenção das respetivas taxas municipais, das atividades inseridas na “Rota das Associações – Mira – 2015”, ao abrigo do disposto no n.º 1, do art.º 15.º e art.º 18.º, da Secção I, do Regulamento, Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Mira, conjugado com as alíneas o) e u), ambas do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

----Foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para explicar o documento:-----

----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** explicando que este ponto dizia respeito ao facto de a Câmara Municipal poder isentar as Associações do Concelho, do pagamento das taxas municipais inerentes à realização deste tipo de atividades. -----

----**Não se verificaram intervenções.**-----

----**VOTAÇÃO**-----

----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade.** -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----

**----PONTO TRÊS: Aprovação da isenção de IMI à Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque, em cumprimento do previsto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:-----

----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que referiu que o edifício da Incubadora, assim como qualquer prédio, estava sujeito ao pagamento de IMI, sendo o seu valor de cerca de 4 mil euros por ano. Mais disse que, quando tomaram posse, esta Associação tinha dívidas ao Fisco, nomeadamente, de IMI, por se ter deixado caducar a declaração que a isentava. Assim, e após acordo com a Administração Fiscal para que se procedesse ao pagamento do valor em falta, por prestações e para não se ter de pagar este valor, dado o interesse que a Associação Incubadora tinha, pode vir a ter e terá, com certeza, no panorama municipal, achou-se por bem, isentar esta Associação deste pagamento.-----

----Não se verificaram intervenções.-----

----VOTAÇÃO-----

----Submetido a votação, o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto quatro da ordem do dia.-----

----**PONTO QUATRO: Aprovação da alteração ao Plano de Urbanização da Praia de Mira, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação.**-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento:-----

----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

----Interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara esclarecendo que o que aqui estava em causa era a alteração ao Plano de Urbanização da Praia de Mira, no tocante, entre outras coisas, à questão da legalização dos parques de estacionamento, que estavam em espaço considerado de Reserva Ecológica e,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por conseguinte, não tinham sido acautelados aquando da elaboração do Plano de Urbanização. Referiu ainda que, por outro lado, havia também problemas, no presente plano, porque existiam zonas onde não era possível construir ou garantir a construção de parques de estacionamento, nomeadamente, na zona do casco velho da Praia de Mira, aliás, este nunca foi feito, mas também nunca foi acautelado, em termos de arruamento. Mais disse que tinha que ver também com correções, porque se tinha verificado que havia implantações incorretas no Aldeamento do Mira Oásis e havia ainda, a questão das caves, tanto no Miravillas, como no Mira Oásis, para as quais não existia nenhuma razão técnica que fundamentasse aquele pedido. -----

----Concluiu, dizendo que as obras estavam previstas e portanto, nesse momento, a situação estava em fase de correção, através desta alteração ao Plano de Urbanização. -----

----**Não se verificaram intervenções.**-----

----**VOTAÇÃO**-----

----Submetido a votação, o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade.** -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto cinco da ordem do dia. -----

----**PONTO CINCO: Tomada de conhecimento, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 15º., da lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, das declarações emitidas pelo Sr. Presidente da Câmara, no âmbito da Lei sobre a assunção de compromissos e pagamentos.** -----

----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:**-----

----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que explicou que se tratava apenas da tomada de conhecimento, por parte da Assembleia Municipal, das declarações que foram emitidas para o Tribunal de Contas, nomeadamente,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em relação aos compromissos plurianuais e em relação aos pagamentos em atraso. Mais informou que esta era uma obrigação legal. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto seis da ordem do dia. -----

**----PONTO SEIS: Autorização, nos termos do n.º 2, do art.º 64º. da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para abertura procedimento para recrutamento excecional de trabalhador, tendente ao preenchimento de um posto de trabalho, previsto no mapa de pessoal para o ano de 2015.---**

**----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:-----**

**----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----**

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que explicou que a lei permitia que, havendo condições financeiras na Câmara Municipal e com uma autorização judicial e excecional do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, se possa proceder à contratação. Assim, este caso tratava-se de uma obrigação legal e dizia respeito ao veterinário municipal, embora, o Município de Mira já o tivesse, este tem vindo a fazer sucessivas renovações do contrato a termo e como este, daqui a um ano, aproximadamente, terminava, corria-se o risco de ficar sem veterinário municipal, facto este que não podia acontecer, reafirmando mais uma vez que este posto era uma obrigação legal. Acrescentou ainda que, uma parte do salário deste funcionário era pago pela Direção Geral de Veterinários, ou seja, 40% a esta parte e 60% pelo Município.- -----

----Concluiu dizendo que este era um pedido excecional, para obter a autorização, e posteriormente, remetê-la para o Sr. Secretário de Estado, no sentido de se poder efetuar esta contratação. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

**----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----**





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) referindo que apoiava esta contratação e esperava que esta resolvesse o problema existente na periferia do Concelho, nomeadamente, no Seixo, na Ermida e na Praia de Mira, e que dizia respeito aos cães abandonados, os quais podiam vir a constituir um perigo sanitário. Assim, desejava que, com a entrada deste médico veterinário, a tempo inteiro, se consiga resolver esta situação.-----

----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, referindo que considerava como ponto fundamental, no tratamento desta questão, a capacidade que o Concelho possuía ou não, em infraestruturas para poder receber estes animais e assim, retirar este perigo das ruas, porque em muitos casos, este tornava-se um perigo para a saúde pública. Acrescentou ainda que tinha conhecimento de que, nos últimos tempos, a Associação Amigos dos Animais – Abrigo de Carinho, com sede na Praia de Mira, tinha desenvolvido um excelente trabalho, juntamente com o acompanhamento do veterinário municipal, assim como, dos serviços camarários. Posto isto, deu-lhes, a todos, os parabéns e pediu à Câmara Municipal para que os continuasse a apoiar. Pediu ainda que, havendo possibilidade, esta lhes pudesse dar melhores condições, para que possam desenvolver, ainda de melhor forma, o seu trabalho. -----

----**VOTAÇÃO** -----

----Submetido a votação, o ponto seis da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**. -----

----**PONTO SETE: Apreciação, nos termos dos artigos 75 e 76º. da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, dos documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2014, do Município de Mira.**-----

----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:**-----

----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que se tratava de uma obrigação legal, da Lei n.º 73 de 2013, a qual obrigava a que todos os Municípios consolidassem as suas contas, com todas as empresas municipais e associações, das quais tivessem mais de 50% de capital. Mais disse que, o ano transato tinha sido um ano excecional, ou seja, foi o ano zero e por isso, o Município não tinha a obrigação de fazer essa consolidação. Concluiu, dizendo que, em termos muito simples, era somar os valores da dívida do Município com os valores da dívida da AIBAP.-----

----Terminado o período da Ordem do Dia e ainda antes de ser declarada encerrada a sessão, foi dada a palavra ao líder da bancada do PSD, o Sr. **Pedro Nunes**, para que fossem designados os elementos que iriam constituir o grupo de trabalho de acompanhamento com a SIMRIA. A saber: Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, proposto pela bancada do PSD; Dr. **João Luís Pinho**, proposto pela bancada do PS e Eng.º **André Monteiro**, proposto pelo MAR.-----

**-----ENCERRAMENTO -----**

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

O Presidente da Mesa

---

(Mário Ribeiro Maduro, *Dr.*)



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O 1.º Secretário

---

(Nelson Miranda Cadete, *Prof.*)